



ARTIGO ESPECIAL

A criança abusada e negligenciada

The abused and neglected child

Gilson Maestrini Muza*

Resumo

O estudo do maltrato à criança e ao adolescente, com suas raízes históricas, sociais e culturais, cresce em meio a dificuldades conceituais e metodológicas que se contrapõem a uma compreensão mais real da magnitude do problema.

As conseqüências físicas e emocionais, tardias e imediatas, mostram-se, em boa parte, desvendadas. Contudo, uma ação no sentido de compreender e minimizar tal fenômeno se defronta, ainda, com obstáculos importantes, e, neste momento, a prática da interdisciplinariedade se coloca como um caminho.

Unitermos: crianças, adolescentes e violência.

Introdução

Nas últimas décadas, a violência tem atraído para si os olhos da humanidade. Embora não seja privilégio deste século e tampouco seja uma característica inerente de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, a violência tem-se mostrado, em nosso país, com uma cara tão feroz quanto qualquer outro evento dito catastrófico.

A violência dirigida à criança e ao adolescente, colocada às claras nos dias atuais, mobiliza sentimentos com um misto de incredulidade e revolta, cada vez com menor freqüência e intensidade, correndo o risco de ser tratada, num futuro próximo, como uma banalidade do nosso cotidiano.

A sociedade desperta frente ao fenômeno, contudo as iniciativas são fragmentadas e desarticuladas e os resulta-

dos alcançados, bastante acanhados. Pretende-se, a partir de uma revisão bibliográfica, relevar algumas questões conceituais e metodológicas e propor um modo de abordar esta realidade.

Breve histórico

O maltrato à criança é identificado há muito na história da humanidade e, em contrapartida, no entanto, a compreensão da infância como um período de vida que necessita de proteção e afeto se originou há pouco mais de dois séculos.

Tanto em textos bíblicos quanto naqueles que retratam a vida no império greco-romano, existem trechos que descrevem os massacres de populações infantis e discorrem sobre as mortes impostas a crianças nascidas com uma deficiência qualquer.

Entre os helenos, Licurgo determinou que as crianças portadoras de alguma deficiência fossem abandonadas próximo ao precipício do Monte Talgeto⁷. Em Esparta, as crianças portadoras de deficiência física ou mental eram consideradas subhumanas, o que "legitimava" sua elimi-

* Mestre em Pediatria pelo Depto. de Puericultura e Pediatria da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - SP.



nação e abandono¹⁵. Estas práticas, conhecidas por “exposição”, se disseminaram durante a Idade Média, se estenderam às crianças consideradas normais e persistiram até meados do século XIX.

Os primeiros fragmentos daquilo que pode ser chamado de sentimento de infância surgem por volta do século XIII, quando se nota, a partir da iconografia, uma modificação na forma de representação da criança, bem diferente da de um adulto em miniatura, como vinha sendo feito até então. A importância da infância cresce lentamente e, ainda no século XVII, convive-se com um sentimento de infância tal como foi retratado pelas palavras de Montaigne citado por Ariés²(1982):

“Perdi dois ou três filhos, não sem tristeza, mas sem desespero”.

O marco do sentimento de infância moderno, como o conhecemos hoje, segundo Baldinger⁶(1985), coincide com a publicação da obra literária *Émile* de Rousseau, em 1762. A partir de então, a infância deixa de ser considerada a idade do pecado, como no pensamento de Santo Agostinho, ou da privação da razão como no pensamento de Descartes. Embora este sentimento exista apenas no Direito, gerando situações de criminalidade impune, a criança passa a representar a idade da pureza de sentimento.

Para Ariés²(1981), foi somente no século XVIII, com o aparecimento do malthusianismo e a extensão de práticas contraceptivas, que o sentimento de infância torna-se semelhante ao que concebemos hoje.

No entanto, persiste até nossos dias um sentimento de “inutilidade da infância”, percebido na clássica pergunta que costumamos fazer às nossas crianças: “O que você vai ser quando crescer?” A criança teria valor por aquilo que virá a ser, e não pelo que ela é¹.

A compreensão do abuso e negligência contra a criança, como um fenômeno capaz de comprometer seu potencial desenvolvimento, data da segunda metade do século XIX. Porém a aceitação do maltrato à infância como objeto de investigação surge com a descrição da *Síndrome da Criança Espancada*, publicado em 1962 por Kempe e colaboradores¹⁰, exatamente duas décadas após o mundo tomar conhecimento que crianças eram submetidas, deliberadamente, a uma privação alimentar aguda como fonte de informação a uma suposta ciência sábia.

Conceituação

Não tem havido, até então, um adequado consenso a respeito da conceituação e definição de maltrato à criança e ao adolescente. Estas dificuldades persistem, mesmo quando a reclassificamos como violência física, violência psicológica e violência sexual. Evidentemente que a cada um destes termos correspondem fatos e atos perfeitamente compreendidos como abusivos. Contudo, uma gama enor-

me de eventos se encontra envolta em um véu disforme que impede sua caracterização como claramente abusivos (ou não).

O *National Center on Child Abuse and Neglect*¹¹, com o propósito de tornarem-se claros os termos que remetem ao conceito de violência, define abuso como os atos de agressão de outrem ou dos pais e que resultam em dano para a criança, e negligência como os atos de omissão proporcionados pelos pais ou outros e que resultam em danos para a criança. E, além de complementar os conceitos de abuso e negligência, classificando-os em físico e emocional, define abuso sexual como todo e qualquer ato de natureza sexual para com a criança, sem o consentimento e a compreensão desta.

Azevedo & Guerra⁵ (1989) propõem que a definição de abuso físico deva conter quatro elementos: a intencionalidade do agressor, as conseqüências do ato agressivo, o julgamento de valor de um observador e a fonte de critérios para o julgamento. As autoras compreendem ainda que o abuso psicológico pode assumir duas formas básicas: negligência afetiva (falta de responsabilidade, de afeto e de interesse pelas necessidades da criança) e rejeição afetiva (manifestação de depreciação e agressividade para com a criança).

Maria Cecília S. Minayo¹² (1990), em um estudo, classifica a violência brasileira em três categorias: a violência estrutural, proporcionada pelo próprio sistema social com suas conseqüências como a fome, o desemprego e demais problemas com que convive a classe trabalhadora; a violência revolucionária ou de resistência, expressa por manifestações das classes e grupos discriminados da sociedade; e a violência da delinqüência, que se constitui na forma de violência melhor entendida pelo senso comum. Qualquer forma de violência, prossegue a autora, deve ser vista em rede, e não de forma estanque e isolada.

Inúmeras são as definições e classificações de abuso e negligência encontradas na literatura. Todas, contudo, são parciais e, portanto, falhas, condicionadas pela própria subjetividade do fenômeno e pela forma fragmentada como esta questão é enfocada por muitos autores. De um modo geral, as definições que se encontram à disposição dos investigadores se assentam em fatores tais como a natureza do ato agressivo, sua forma, sua intensidade, sua freqüência, as conseqüências físicas e psicológicas, a intenção do agressor, a influência de situações modificadoras e o padrão comunitário de normas de conduta. A utilização de um ou mais critérios objetivos para a definição de abuso, como por exemplo, aqueles que dizem respeito à natureza, à intensidade e à freqüência do ato agressor, traz uma enorme vantagem no que diz respeito à agilidade operacional da investigação, embora corra o risco de apreender dados bastante distantes da realidade.

O desenvolvimento das relações abusivas

A compreensão do desenvolvimento das relações abusivas tem-se defrontado com inúmeras dificuldades e, ao mesmo tempo, suscitado discussões sobre questões específicas nos últimos anos. Uma delas diz respeito ao nível sócio-econômico, pois a compreensão desse fenômeno a partir dessa perspectiva é que as relações abusivas são mais prevalentes entre as classes menos favorecidas, das quais se espera maior número de conflitos, exige-se maior controle e maior utilização de técnicas disciplinares punitivas, quando, de fato, as diferenças mais importantes advêm do clima emocional desses lares, das expectativas elaboradas pelos pais em relação aos seus filhos e da satisfação obtida na convivência com eles¹⁹.

Sweet e Resik¹⁸ (1979) identificam, a partir de uma extensa revisão bibliográfica, a existência de quatro modelos explicativos para o desenvolvimento do comportamento abusivo: como resultado da interação de forças intrapsíquicas do agressor (modelo psicodinâmico); como resultado de uma recíproca e contínua interação de determinantes pessoais e ambientais - os filhos aprendem o comportamento agressivo com os seus pais (modelo da aprendizagem social); como resultado da interação entre indivíduo e meio ambiente, enfocando os valores da vítima, do agressor e do meio estressante em que vivem (modelo sócio-psicológico); e, por fim, como resultado da compreensão dos fatores sociais como os principais determinantes do comportamento agressivo (modelo sociológico).

Os autores expõem as qualidades e defeitos de cada um desses modelos teóricos e se confessam incapazes de adotar um modelo como o mais adequado para investigar o fenômeno que ora se coloca.

Mesmo a despeito de todas estas construções teóricas, nenhum destes modelos, isoladamente, explica suficientemente a grande quantidade de relações agressivas a que estão submetidas inúmeras famílias. Novas tentativas têm sido elaboradas, fornecendo informações para uma melhor compreensão do fenômeno.

Emery⁸ (1989) postula que a agressão pode ser aversivamente estimulada (*aversely stimulated aggression*), uma vez que fatores estressores podem aumentar a probabilidade da violência, não pelo aprendizado da experiência, mas por colocar o agressor num estado aversivo de provocação.

Um estudo com adolescentes submetidos a maltratos identifica a existência de estruturas familiares com características específicas, tanto para adolescentes negligenciados, quanto para adolescentes abusados fisicamente e, mesmo, sexualmente. O autor observa, ainda, que, ao mesmo tempo que existem estruturas familiares específicas de abuso, existem aspectos que se repetem entre as famílias de adolescentes submetidos a maltratos: as mães argumentam possuírem seus filhos mais problemas de atenção e um maior envolvimento com os companheiros

desviantes, e os adolescentes, por seu turno, alegam que existe em suas famílias uma menor coesão e que o estresse diário por elas enfrentado é mais intenso²¹.

Assis³ (1991) compreende que, a partir dos conhecimentos acumulados até então, só se pode entender o fenômeno como multideterminado e que os conflitos e sentimentos existentes entre os pais e a relação que estes estabelecem com seus filhos são dados importantes para se compreenderem as famílias abusivas e a forma como elas manifestam sua agressão. Reconhecem, igualmente, esses autores, ser o ambiente, com suas infinitas possibilidades de situações estressantes, um fator fundamental na estruturação da relação familiar e na manifestação do ato abusivo.

Conseqüências do maltrato à criança

Os danos físicos, imediatos e tardios, imputados à criança sob maltrato, pela própria objetividade do evento, são talvez os elementos mais fáceis de serem reconhecidos e aos quais tem-se dedicado uma adequada importância. Por outro lado, os danos psíquicos associados ao maltrato têm, marcadamente, atraído a atenção de grande número de investigadores nas últimas décadas. A imensa maioria destas pesquisas tem-se defrontado com problemas metodológicos importantes, como a falta de uma conceituação amplamente aceita, a inexistência de um instrumento de pesquisa devidamente validado e confiável e o pequeno número de estudos longitudinais de longa duração etc.

A partir de um artigo de revisão, Kinard¹¹ (1979), abordando o desenvolvimento emocional de crianças espancadas, identifica que certas características de personalidade, tais como uma auto-imagem negativa, a inapropriada vazão aos impulsos agressivos, a falta de confiança em outros e a dificuldade em se relacionar com os pais e companheiros são, provavelmente, resultantes da experiência com a violência.

Um outro estudo com um grupo de crianças submetidas a maltratos, e procedentes de famílias de baixa renda, apreende, assim como Kinard¹¹, um comprometimento das relações interpessoais, tanto com os pais quanto com os companheiros⁷.

Walker *et al.*²⁰ (1989), estudando uma amostra de crianças abusadas, procedentes de famílias com pais portadores de psicopatologia, identificam que o maltrato parece aumentar o risco de meninos e meninas externalizarem problemas de comportamento. Rieder e Cichetti¹⁶ (1989), trabalhando com uma amostra de crianças procedentes de famílias sob maltrato, verificaram um prejuízo no desenvolvimento cognitivo destas crianças.

Mais recentemente, um estudo com um grupo de crianças que experimentaram o abuso físico e emocional e a negligência nas relações com familiares mostrou um evidente prejuízo na auto-estima e nas relações com os companheiros, ao mesmo tempo que identificou que,

quanto maior a severidade do abuso, mais negativamente as crianças eram afetadas⁹. Extensas revisões bibliográficas têm mostrado a praticamente unânime associação entre dano emocional, tanto imediato quanto tardio, e o maltrato, com o comprometimento dos processos adaptativos e, mesmo, das relações interpessoais^{4,5}.

Em uma tentativa de fazer avançar os conhecimentos a respeito das conseqüências do abuso à criança, Newberger e De Voz¹⁴ (1988) propõem a conceituação do enfrentamento e da adaptação seguida a uma vitimização. Os autores consideram três dimensões importantes neste processo: os aspectos cognitivo-sociais que compreendem as crenças internalizadas, os recursos para a solução de problemas das relações interpessoais e a capacidade de reconhecer as intenções de outros etc.; a sensibilidade do meio ambiente, que inclui o conhecimento dos pais a respeito das necessidades da criança vitimizada, o nível de coesão e afeto familiar e o suporte social; e o funcionamento emocional e comportamental, que se compõe dos comportamentos mais provavelmente afetados pelo abuso (angústia, agressão, somatização, comportamento sexual). Cada um dos três domínios não existe isoladamente nem é estático no tempo, existindo, entre eles, uma recíproca influência e devendo ser compreendidos como transicionais e interacionais.

Emery⁸ (1989) chama a atenção para dois aspectos importantes do fenômeno que ora é abordado. Primeiro, que não existe comportamento ou reação emocional simples como resultado do abuso, e que, portanto, experiência de ser vítima da violência pode não ser o principal fator responsável por muitas dificuldades encontradas em crianças abusadas; e, segundo, que outros aspectos do meio ambiente psicológico da criança, que freqüentemente acompanham o abuso físico, podem ser psicologicamente mais danosos. Emery⁸ (1989) propõe, ainda, com o propósito de minimizar as conseqüências do abuso à criança, que esforços devam ser envidados no sentido de inibir a expressão da agressão ou aprender modos alternativos de demonstrar a raiva.

Conclusão

Em seu trabalho *Violência Social e Saúde. Uma Discussão Interdisciplinar*, Minayo¹³ (1991) sustenta a prática da interdisciplinaridade como forma de abordar a violência, ao mesmo tempo que expõe as ciências naturais quando identifica que estas tratam a violência como um conceito neutro, para além das classes sociais, de existência e importância a-histórica e fatal, de modo funcional e classificatório, corroborando com as interpretações ideológicas que têm, nos pobres, nas classes trabalhadoras e nas chamadas "minorias", seus violentos e criminosos preferenciais, e colocam no indivíduo a raiz e a origem de todo o mal social.

Desse modo, entende-se que a produção de conheci-

mento a respeito do maltrato à infância, uma das faces da violência, se investe de grande importância, ao se saber que o fenômeno existe e tem-se ampliado significativamente nos últimos anos, embora não seja conhecida ainda adequadamente a magnitude de sua expressão na sociedade. É ilusório acreditar que o abuso à criança seja privilégio das classes menos favorecidas, pois, ao contrário, ele se manifesta em todos os grupos e formações sociais. No entanto, embora o modo como se manifesta em cada uma das classes sociais difira em inúmeros aspectos, suas conseqüências continuam danosas, tanto do ponto de vista físico quanto emocional, imediatos ou tardios.

As dificuldades metodológicas e conceituais persistem e talvez estejam longe de serem solucionadas, pela própria dinâmica que envolve o abuso à criança. Acredito, contudo, que devemos persistir em esforços para um aprimoramento metodológico da investigação de um fenômeno que se avoluma a olhos vistos em nosso meio.

Summary

The study of mistreatment of the child and adolescent, with its historical, social and cultural roots, grows amidst conceptual and methodological difficulties which oppose a more realistic understanding of the problem. The physical and emotional consequences, long-term and immediate, are to a great extent, known. However, an attempt to understand minimize such phenomenon faces great obstacles. At present, the interdisciplinary practice is a possible solution.

Referências bibliográficas

1. Alves R. *Estórias de quem gosta de contar*. São Paulo. 14ª ed. Cortez. 1990 (Coleção polêmicas do nosso tempo).
2. Ariés, F. *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.
3. Assis SG. *Quando escrever é um desafio social. Estudo sócio-epidemiológico sobre violência em escolares de Duque de Caxias - RJ*. Rio de Janeiro. 1991 Dissertação (mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Osvaldo Cruz.
4. Augustinos M. Developmental effects of child abuse: recent findings. *Child Abuse and Neglect*, 1987, 11:15-27.
5. Azevedo MA, Guerra VNA. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. Iglu. São Paulo, 1989.
6. Badinter E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro. 5ª ed. Nova Fronteira, 1985.
7. Dean L, Malik MM, Richards WE et al. Effects of parental maltreatment on children's conceptions of interpersonal relationships. *Developmental Psychology*, 1986, 22:617-26.

8. Emery RE. Family violence. *Am Psychologist*, 1989, 2(44):321-8.
9. Kauman J, Cicchetti D. Effects of maltreatment on scholl-age children's socioemotional development in a day-camp setting. *Developmental Psychology*: 1989, 25:516-24.
10. Kempe CH, Silverman FN, Steele BF *et al*. The battered-child syndrome. *J Am Med Assoc*. 1962, 181:17-24.
11. Kinard EM. The psychological consequences of abuse for the child. *J Soc Issues*, 1979, 2(35):82-100.
12. Minayo, MCS. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. *Cad Saúde Pública*. 1990, 3(6):278-92.
13. Minayo, MCS. *Violência social e saúde. Uma discussão interdisciplinar*: Trabalho apresentado no V Congresso Latino-americano de Medicina Social. Caracas, Venezuela. Mar, 1991.
14. Newberger CM, de Vos E. Abuse and victimization: a life-span developmental perspective. *Am J Orthopsych*, 1988, 58:505-11.
15. Pessoti I. *Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo. EDUSP, 1984.
16. Rieder C, Cicchetti D. Organizational perspective on cognitive control functioning and cognitive-affective balance in maltreated children. *Developmental Psychology*, 1989, 25:382-96.
17. Romero V. La puericultura ante el subnormal. *Siglo Cero*. 1972, 24:25-8.
18. Sweet JJ, Resick PA. The maltreatment of children: a review of theories and research. *J Soc Issues*, 1979, 2(35):40-59.
19. Trichett P, Aber JL, Carlson V *et al*. Relationship of socioeconomic status to the etiology and developmental sequelae of physical child abuse. *Developmental Psychology*, 1991, 27:148-58.
20. Waler E, Downey G, Bergmen A. The effects of parental psychopathology and maltreatment on child behavior: a test of the diathesis-stress model. *Child Developmental*, 1989, 60:15-24.
21. Williamson JM, Borduin CM, Howe BA. The ecology of adolescent maltreatment: a multilevel examination of adolescent physical abuse, sexual abuse, and neglect. *J Consulting Clinical Psychol*. 1991, 59:449-57.

Correspondência
SHIN QI 02 Conj. 11 Casa 09
Lago Norte
70500-010 - Brasília - DF

Nº 93/1098 - Recebido em 22/04/93 - Aceito para publicação em 22/09/93.